

USOS E CONTEXTOS: as variações da língua portuguesa

Messias Santos Silva

Tutora Externa: Rizelda da Silva Beserra Dantas

Professora: Bruna Alexandra Franzen

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Letras - Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (LED 0135) – Prática do Módulo IV

16/05/2013

RESUMO

A língua portuguesa é uma das línguas mais complexas. No entanto, esta complexidade só exalta o valor e a riqueza que ela tem. Vindo de origem latina, o português falado no Brasil sofreu influências não só dos colonizadores, mas também de outros países com quem o Brasil mantinha relações comerciais. Ao longo da história, a língua portuguesa brasileira foi incorporando símbolos e termos estrangeiros. Para compreender esta língua, tão rica e ao mesmo tempo complexa, é necessário o conhecimento da gramática, que é o instrumento balizador e responsável pela padronização da língua. Entretanto, não se pode usar a norma culta para discriminar as pessoas que se utilizam de termos que pertencem às variações linguísticas para fazer o que a língua de fato se propõe, que é uma comunicação clara e eficiente. A língua é um organismo vivo, assim o seu desenvolvimento e as mudanças são perfeitamente naturais e necessários, para que ela continue cumprindo sua função comunicativa e social. Assim, o trabalho objetiva apresentar, parcialmente, os usos da língua portuguesa conforme o contexto em que esta for empregada.

Palavras-chave: Língua. Gramática. Comunicação.

1 INTRODUÇÃO

O estudo de uma língua permite uma retomada histórica, pois se podem perceber as contribuições de povos primitivos para as gerações futuras. Exemplo disso são os sumérios da Mesopotâmia, que protagonizaram, entre outras invenções, a escrita, que foi se aperfeiçoando e tornou a comunicação mais dinâmica e eficaz.

Com a escrita, as línguas começaram a se organizar, criando códigos que facilitaram a compreensão e a distinção entre uma língua e outra. Esses códigos são apresentados através de normas, que procuram estabelecer critérios, padronizando a escrita e, também, a comunicação. No entanto, a normatização das línguas gera algumas implicações relacionadas ao

reconhecimento das variações linguísticas. Elas, as variações, não são formas erradas de falar, mas maneiras diferentes de se expressar, cumprindo a função principal da língua, que é a comunicação.

Assim, esse trabalho procura tecer alguns comentários sobre os usos da língua portuguesa conforme o contexto em que esta for empregada. Para tanto, foi utilizada a prática simulada, que se iniciou a partir dos escritos de teóricos que pesquisaram essa área, como: Borgatto (2006), Fiorin (2011), Galli (2013), entre outros. Pode-se dizer que a comunicação, antes da escrita, era feita através da oralidade, sujeita a falhas da memória. A partir da escrita, uma grande revolução, tanto na comunicação quanto no desenvolvimento econômico e social, foi observada.

Sendo um organismo vivo, tal como as sociedades, a língua tem continuado sua evolução ao longo da história. É necessário compreender que existe uma forma linguística adequada a cada contexto de uso, que precisa ser observada e respeitada, sob pena do falante sofrer prejuízos sociais, econômicos e profissionais.

Assim, neste texto percorremos um trajeto que passa pelas abordagens normativa e descritiva, a fim de perceber as variações da língua portuguesa, conforme o contexto de uso.

2AABORDAGEM NORMATIVA: ASPECTOS HISTÓRICOS

Antes de falar da origem da língua portuguesa, em particular, é necessário voltar um olhar para a origem da comunicação, quando a língua conhecida era apenas a que envolvia a oralidade. A linguagem oral era a única forma de comunicação das primeiras civilizações, que contavam com o uso da memória para transmitir seus conhecimentos. Assim, os pais contavam aos filhos o que ouviram dos seus antepassados. No texto bíblico, em Salmos 44, versos de 1 a 3, atribuído a Davi, encontra-se esta prática quando os versos explicam:

Ouvimos, ó Deus, com os nossos ouvidos; nossos pais nos têm contado o que outrora fizeste, em seus dias. Como por tuas próprias mãos desapossaste as nações e os estabeleceste; oprimiste os povos e aos pais deste largueza. Pois não foi por sua espada que possuíram a terra, nem foi o seu braço que lhes deu vitória e sim a tua destra, e o teu braço, e o fulgor do teu rosto. (BÍBLIA SAGRADA, SL. 44, 1-3)

Mais tarde, a tradição oral passa a contar com os símbolos, os quais eram desenhados em pedras, a fim de que, posteriormente, pudessem ter conhecimento de determinada passagem vivida. Borgatto

(2006a, p. 9-10) diz que:

Os seres humanos, ao longo dos tempos, desenvolveram diferentes formas de comunicação para se proteger das adversidades da natureza, expressar suas emoções e sentimentos, conviver em grupo. Das cavernas às modernas formas de comunicação, muitos sinais e símbolos foram desenvolvidos pelos seres humanos para registrar variados momentos de sua trajetória. Os registros mais antigos que se conhecem são as pinturas feitas em paredes de cavernas (pinturas rupestres). [...] A linguagem sempre esteve presente em todas as atividades humanas. As mais diversas formas de registrar essas atividades foram encontradas em diferentes épocas e em diferentes partes do mundo.

Alguns desses símbolos são encontrados nos denominados sítios arqueológicos, revelando que os povos primitivos tinham uma forma organizada de se comunicar. Tratando sobre a questão da comunicação e a memória, Borgatto (2006a, p. 11) ensina que:

(...) frequentemente [sic] pesquisadores encontram novos registros de tempos antigos. Esses registros comprovam a necessidade que sempre acompanhou o ser humano: a de se comunicar, guardar de alguma forma sua história, suas ideias e suas emoções. Esses registros são, hoje, parte da memória humana. Das pinturas rupestres ao surgimento da escrita como forma de registro da história, muitos milênios se passaram. Os seres humanos criaram inúmeros meios de transmitir mensagens: desenhos, sinais, imagens... Mas a escrita propriamente dita só passou a existir no momento em que foi elaborado um sistema organizado de signos ou símbolos, por meio dos quais seus usuários puderam materializar e registrar claramente o que pensavam ou sentiam.

Por volta de 4.000 a 3.000 a.C., surge na Mesopotâmia, no Oriente Médio, a escrita criada pelos sumérios, que foi um descobrimento revolucionário e sem precedentes, mudou o mundo naquela época. Borgatto (grifos do autor, 2006a, p. 11,13-14)

faz a seguinte explanação acerca da escrita:

Os sumérios também desenvolveram uma das mais antigas formas de escrita, usada para registrar o gado, a comida e outros bens. Escribas (copistas profissionais) usavam um estilete afiado de junco para inscrever figuras simples, conhecidas como pictogramas, nas tabuinhas de argila. Gradualmente, os pictogramas tornaram-se mais abstratos, transformando-se, com o passar do tempo, em uma nova forma de escrita, conhecida como cuneiforme. Escrevia-se com o uso de estiletos com ponta em forma de cunha. Documentos e cartas em escrita cuneiforme eram “assinados” com um sinete cilíndrico – uma pedrinha em forma de cilindro com incisões. Rodava-se o sinete cilíndrico na superfície da tabuinha de argila, formando uma figura contínua. Enquanto a escrita cuneiforme se espalhava por toda a Mesopotâmia, outros sistemas de escrita nascem e se desenvolvem no vizinho Egito e na longínqua China. Os egípcios criaram a escrita hieroglífica. Ela consistia de símbolos – os **hieróglifos** – que representavam palavras. Quanto à escrita chinesa, era composta de **ideogramas**, representações das ideias por meio de sinais que reproduzem objetos concretos. Mil anos antes de Cristo, aconteceu uma verdadeira revolução: a invenção do alfabeto fonético, conjunto de signos usados para representar os sons da fala. Foi uma longa história. Na origem do alfabeto estão os fenícios. Para anotar o que compravam e o que vendiam, criaram alguns sinais que deram origem a algumas das atuais letras do alfabeto. A palavra alfabeto vem da junção das duas primeiras letras gregas: alfa (a) e beta (b). Há mais ou menos 2200 anos, os romanos aprenderam com os gregos o uso do alfabeto e introduziram também algumas modificações. Assim foi criado o alfabeto latino, na forma como o conhecemos hoje.

A escrita passou, desde então, a ser a principal ferramenta de comunicação, devido à sua fidelidade na transmissão da mensagem, pois não estava sujeita aos equívocos da memória, uma vez que o que está escrito pode ser acessível para mais pessoas e em diversos lugares ao longo do tempo. Com a escrita os povos começam

a organizar sua comunicação através de símbolos, letras e todos os elementos morfossintáticos necessários. A partir daí surgem várias línguas, que dão origem a outras, dentre elas, o latim, que deu origem à língua portuguesa. Segundo Borgatto (2006b, p. 11):

A língua portuguesa originou-se do latim. O latim era uma língua falada no Lácio, região da atual Itália que fazia parte do Império Romano. À medida que os romanos conquistavam novos territórios, o latim, levado pelos soldados e mercadores, ia se modificando no contato com outras culturas. Assim, deu origem a novas línguas, das quais derivam as chamadas línguas neolatinas: o espanhol, o francês, o catalão, o provençal, o romeno, o italiano, o galego, além do português. [...] Ao longo do tempo, depois da chegada dos portugueses ao Brasil, nossa língua foi se enriquecendo com inúmeras contribuições de outras línguas.

Depois de passar por um longo processo, que inclui tanto os aspectos culturais quanto os linguísticos, a língua portuguesa foi se estruturando e tomando forma. Ao longo dos séculos ela tem evoluído cada vez mais.

2.1 ASPECTOS LINGUÍSTICOS

Após sua criação, a língua portuguesa se consolidou e, para tanto, foram criados e estruturados símbolos próprios, que se propunham não só a diferenciar o português do Brasil dos demais, como também facilitar a compreensão e o ensino da língua entre os seus falantes. Suassuna (1995, p. 22-24) diz que:

É no século XVI que começam a aparecer as primeiras gramáticas do Português, cujos autores tomavam como modelos, de início, os padrões da gramática latina, preocupada, sobretudo, com a segmentação do discurso em categorias gramaticais. O espírito científico do Renascimento muito contribuía para a valorização das línguas nacionais: é aí, inclusive, que aparecem traduções

da Bíblia, mas a força dos gramáticos antigos ainda se fez sentir tão fortemente, que se pode encontrar, nos manuais e compêndios de língua portuguesa da época, por exemplo, declinações de nomes, com a especificação de seus casos (nominativo, acusativo, dativo, genitivo etc.). [...] O século XIX, dentro do contexto do breve histórico que venho fazendo, caracterizou-se como a época do Estudo Histórico da linguagem, com base na comparação e na classificação das línguas, herdadas do século XVIII. Sob a influência do positivismo, os estudos sobre a linguagem eram realizados através do método histórico-comparativo. A língua era encarada como organismo vivo, submetido a certas leis evolucionistas, e supunha-se que uma língua antiga dava origem a uma ou várias línguas novas. [...] Pode-se concluir, do que foi exposto sobre a evolução dos estudos linguísticos, que a formação das gramáticas do Português sofreu forte influência de conquistas que remontam à Antiguidade.

Para que os símbolos e as regras da língua portuguesa exercessem sua real função, foi preciso a observância da gramática, entendida aqui como o jeito correto de falar, a forma que segue um padrão estabelecido pela própria língua e que, de fato, precisa ser observada, como afirma Fiorin (2011, p. 21):

A visão prescritiva da linguagem não admite mais de uma forma correta, nem aceita a possibilidade de escolha, que uma forma seja mais adequada para um uso do que para outro, como seria o caso de uma expressão mais apropriada à língua escrita do que à falada, ao uso coloquial do que a uma situação formal de comunicação.

Contudo, não se pode descartar o valor da gramática normativa, mas também é necessário extremo cuidado para não alargarmos as muitas barreiras sociais que já existem, como explana Perini (2009, p. 33-34):

O grande perigo é transformar a gramática – uma disciplina já em si um tanto difícil – em uma doutrina absolutista,

dirigida mais ou menos exclusivamente à “correção” de pretensas impropriedades linguísticas dos alunos. A cada passo, o aluno que procura escrever encontra essa arma apontada contra sua cabeça: “Não é assim que se escreve (ou se fala)”, “Isso não é português” e assim por diante. Daí só pode surgir aquele complexo de inferioridade linguístico tão comum entre nós: ninguém sabe português – exceto, talvez, alguns poucos privilegiados, como os que se especializam em publicar livros com listas de centenas ou milhares de “erros de português”. [...] Não quero dizer com isso que o ensino normativo deva ser suprimido. É preciso, apenas, colocá-lo em termos mais realistas. Não se trata de confrontar um “português certo” e um “português errado”, definidos ambos em termos absolutos, independentemente do contexto situacional ou social. [...] Concordo, portanto, que é necessário ensinar o português padrão; mas esse ensino (o “ensino normativo” da língua) deve ser atacado com muita cautela e com toda diplomacia. Como qualquer material potencialmente explosivo, deve ser manejado com cuidado. Acredito que, com o desenvolvimento da leitura fluente e do hábito da leitura, a maior parte do problema acaba desaparecendo por si só. O que restar poderá ser objeto de ensino, mas sempre deixando bem explícito o verdadeiro papel do padrão escrito frente às variedades coloquiais. Não levar isso em conta resultará, fatalmente, em agravar os já sérios problemas que infestam nossa disciplina, o ensino em geral e, em última análise, a vida de nossos alunos.

A gramática tradicional estabelece as normas úteis para a boa comunicação, mas não é em si a última palavra em formas de utilização da língua, as quais frequentemente encontram explicações quando analisamos os contextos de uso.

3 A ABOARDAGEM DESCRITIVA: A LÍNGUA E SUA FUNÇÃO COMUNICATIVA

Comunicar, ou seja, transmitir uma mensagem com eficácia é a função principal e essencial de uma língua. Aquilo que é dito precisa ser compreendido, se assim for, a língua cumpriu a sua função, conforme

explica Fiorin (2011, p. 25-26):

Nos estudos da linguagem reconhece-se que a comunicação teve e tem papel essencial. No entanto, esse papel nem sempre foi julgado positivo para a linguagem e as línguas naturais do homem, nem sempre foi ponto pacífico que uma das funções da linguagem é a comunicação. No início do século XX, a afirmação de Saussure de que a língua é fundamentalmente um instrumento de comunicação constituiu uma das rupturas principais da linguística saussureana, em relação às concepções anteriores dos comparatistas e das gramáticas gerais do século XIX. Para esses estudiosos, a língua era uma representação. Ou seja, representava uma estrutura de pensamento, que existiria independentemente da formalização linguística, e a comunicação e a 'lei do menor esforço', que a caracteriza, seriam as causas da 'desorganização' gramatical das línguas, do seu declínio e transformação em 'ruínas linguísticas'. O português e o italiano, por exemplo, seriam 'restos' em decadência do latim. Dessa forma, uma das consequências da linguística saussuriana, principalmente entre os funcionalistas como Malmberg ou Jakobson, foi a introdução do exame da comunicação no quadro das preocupações linguísticas.

A abordagem descritiva se propõe a razão de ser da língua, não levando em conta as exigências da norma culta. De acordo com alguns linguistas, esta abordagem não descarta a norma culta, mas compreende as mudanças da língua que ocorrem com o passar do tempo. Assim, "a abordagem da gramática descritiva é olhar para os fatos da língua com um olhar crítico descrevendo-os cientificamente. Ou seja, sua tarefa é investigar por que certas formas gramaticais caem em desuso e nascem outras que conflitam com a forma antiga de falar". (MENGARDA; SEIBT, 2011, p. 18)

Tratando da língua portuguesa falada num país como o Brasil, com distanciamentos culturais, regionais, sociais e econômicos, é quase impossível não perceber diferenças no falar do povo brasileiro. Não se trata de erros,

mas de outras maneiras de se comunicar, de usar os símbolos e as palavras para ouvir e ser ouvido. Segundo Mengarda e Seibt (2011, p. 18-19),

Esta concepção de gramática vai tratar os erros de forma diferente da gramática normativa. Para a abordagem descritiva da língua considera-se erro o que não ocorre de forma sistemática na fala das pessoas. Por exemplo: quando alguém diz: "A gente vai" e não 'Nós vamos' é uma ocorrência sistemática, ou seja, que é usada de modo geral, no Brasil, o que não caracterizaria erro. Este tipo de ocorrência é classificado como uma inadequação em relação à norma culta. Da mesma forma, a construção de frases como 'para mim ler' em lugar de "para eu ler" caracterizam uma situação de uso sistemático das pessoas. Este emprego sistemático entre os falantes que atribuem valor de sujeito para o pronome 'mim' é considerada uma heresia para a gramática normativa. No entanto, o que se constata é que esta forma é cada vez mais utilizada por adultos ou crianças, independente de classe social.

A língua acompanha as mudanças advindas das necessidades de se comunicar bem. E para cumprir a função comunicativa, os falantes incorporam formas ou retomam formas antigas, sem que com isso precise estabelecer o certo ou o errado, mas basicamente estabelecer o diálogo entre os seus falantes.

3.1 O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Não dá para pensar numa única forma de falar, de usar as palavras, num país tão vasto como o Brasil, assim tem-se as variações linguísticas. Entretanto, essas variações não são bem compreendidas por todos, por causa da falta de conhecimento dessas variações. Assim, ocorrem preconceitos para com a forma de falar do outro. Sell e Gonçalves (2011, p. 156) afirmam que:

Embora a língua falada no Brasil seja, convencionalmente, o português, é inegável que a diversidade da oralidade

brasileira é tamanha que, muitas vezes, a comunicação entre dois brasileiros nativos de regiões diferentes, como Sul e Nordeste, por exemplo, ocorre permeada de significativas dificuldades de compreensão. Porém, além da diversidade regional e cultural, essa variabilidade da língua brasileira ocorre e se intensifica pelas desigualdades sociais. Nem todos têm acesso ao dito padrão culto da língua e, embora brasileiros marginalizados – quanto ao domínio da norma culta – também falem o português, suas gramáticas e linguagens não são reconhecidas como válidas. Ao contrário, suas gramáticas e linguagens são alvos de chacotas e escárnios. Por isso, quando a escola impõe uma normatividade da língua portuguesa sem reconhecer essa vasta diversidade e variabilidade, ela contribui para a discriminação e ridicularização da variedade do português não padrão.

A ênfase exagerada da norma culta amplia o preconceito linguístico, que acaba impondo limitações a alguns grupos que vivem em diferentes regiões, exaltando em contrapartida outros com mais *status* social. Mengarda e Seibt (2011, p. 3) explicam que:

O preconceito linguístico, por exemplo, é um fenômeno que permeia as relações sociais e reflete a estrutura classista da nossa sociedade. A escola, durante muito tempo, ajudou a aprofundar este preconceito, devido às concepções de ensino reducionistas, sobretudo aquelas baseadas na gramática tradicional, em que a impressão que temos é que existe um português de prestígio (dos ricos) e um português desprestigiado (dos pobres). Para as classes populares e para as pessoas do interior, “aprender Português” era abandonar os seus usos linguísticos, pois eram considerados “errados” e “desprestigiados”.

É preciso, entretanto, difundir as variações linguísticas, a fim de que haja uma diminuição do preconceito, pois o mesmo contribui para as desigualdades econômicas e sociais. Segundo Sell e Gonçalves (2011, p. 156):

é necessário que todas as instituições voltadas para educação e cultura

reconheçam esse alto grau de variabilidade e diversidade da língua portuguesa para que, a partir disso, seja possível a formulação de políticas de inclusão voltadas para os falantes das variedades não padrão do português brasileiro.

As variações linguísticas, sejam por questões regionais ou sociais, precisam ser conhecidas e respeitadas, a fim de mostrar a riqueza da língua portuguesa nas várias formas com que ela se apresenta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o desenvolvimento da língua portuguesa na perspectiva histórica permite compreender de que forma essa língua tão rica e ao mesmo tempo complexa surgiu e o quanto isto foi importante para a humanidade. A linguagem antes apenas oral ganhou um grande suporte com o surgimento da escrita, que proporcionou à humanidade o não depender apenas da memória, mas principalmente do registro da escrita, o que tornou a comunicação mais dinâmica e durável.

Com o surgimento da língua e seu desenvolvimento, percebe-se também a força da gramática, como um instrumento de normatização, de segregação social, econômica ou profissional, como alguns a veem, discriminando aqueles que não dominam muito bem a norma culta, trazendo muitos prejuízos.

Cabe à escola e aos educadores proporcionar aos alunos o conhecimento necessário acerca das variações da língua portuguesa, que continua evoluindo, acompanhando a evolução das sociedades para que percebam que há vários modos, conforme o contexto, de se fazer uso das formas linguísticas.

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Edição revista e corrigida. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1996.
- BORGATTO, Ana Maria Triaconi. **Tudo é linguagem**: manual do professor – 7ª série. São Paulo: Ática, 2006a.
- _____. **Tudo é linguagem**: manual do professor – 6ª série. São Paulo: Ática, 2006b.
- FIORIN, José Luiz. **Introdução à linguística**. São Paulo: Contexto, 2011.
- MENGARDA, Elias José. SEIBT, Rosane Simon. **Linguística aplicada à língua portuguesa**. Indaial: Grupo UNIASSELVI, 2011.
- PERINI, Mario A. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2009.
- SCHUELTER, Wilson; REIS, Mariléia Silva dos. O internetês em comunidades virtuais: a interação pela linguagem cifrada. Interletras. **Revista Transdisciplinar de Letras**. Educação e cultura da UNIGRAN. Dourados-MS, v.1, n. 6 e 7, jan./ jul. 2008. Disponível em:
<http://www.unigran.br/interletras/ed_anteriores/n6_n7/textos/internetes.pdf>
Acesso em: 2 abr. 2013. Acesso em: 15 maio 2013.
- SELL, Fabíola Sucupira Ferreira; GONÇALVES, Alberto. **Sociolinguística**. Indaial: Grupo UNIASSELVI, 2011.
- SUASSUNA, Lívia. **Ensino de língua portuguesa**: uma abordagem pragmática. Campinas-SP: Papyrus, 1995.

